

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Canoas Energia Renovável S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Canoas Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canoas Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

CANOAS ENERGIA
RENOVÁVEL S.A.

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	18
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	19
6. RESULTADO FINANCEIRO	20
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	20
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	22
10. IMOBILIZADO.....	23
11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	24
12. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	24
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	30
15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	33

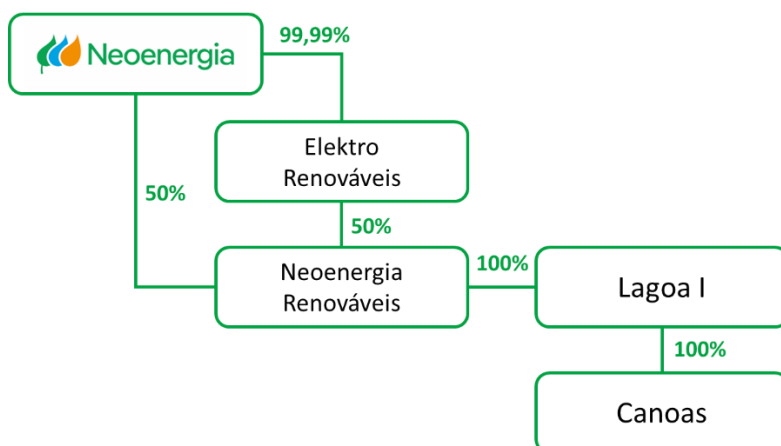
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Canoas Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CANOAS

Canoas Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Lagoa I Energia Renovável S.A., que por sua vez é controlada pela Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). A Companhia é proprietária do projeto eólico Canoas, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de São José do Sabugi e Junco do Seridó (PB).



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Canoas recebeu autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria nº 336, de 3 de agosto de 2015, emitida pelo Ministério de Minas e Energia. Essa autorização é válida por 35 anos a partir da data de publicação da Portaria.

O Parque Eólico celebrou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 38 distribuidoras do setor elétrico, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038.

A usina é composta por 15 aerogeradores, totalizando 31,5 MW de capacidade instalada e 17,7 MW médios de energia contratada, conectada diretamente à rede de distribuição. Em 2025, o Parque gerou 136.114 MWh.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação %
Receita Operacional Bruta	35.362	30.330	16,59
Receita Operacional Líquida	33.893	28.887	17,33
Lucro Operacional	17.607	15.057	16,94
EBITDA	25.110	21.934	14,48
Resultado Financeiro	3.103	2.698	15,01
Lucro Líquido	18.835	15.613	20,64
Margem Operacional (%)	51,95%	52,12%	(0,18)
Margem EBITDA (%)	74,09%	75,93%	(1,84)
Margem Líquida (%)	55,57%	54,05%	1,52

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/25	dez/24	Variação %
Ativo Total	176.788	178.930	(1,20)
Patrimônio Líquido	160.072	161.875	(1,11)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	18.835	15.613	3.222	20,64
Receitas financeiras (B)	2.276	3.111	(835)	(26,84)
Despesas financeiras (C)	830	(450)	1.280	N/A
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(3)	37	(40)	N/A
Imposto de renda (E)	(1.875)	(2.142)	267	(12,46)
Depreciação e Amortização (F)	(7.503)	(6.877)	(626)	9,10
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	25.110	21.934	3.176	14,48

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 13.414 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Canoas Energia Renovável S.A. ("Canoas"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Canoas e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Canoas.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Canoas sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

CANOAS ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	33.893	28.887
Custos		(15.790)	(13.281)
Custos com energia elétrica	4	(2.925)	(1.276)
Custos de operação	5	(12.865)	(12.005)
Lucro bruto		18.103	15.606
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(496)	(549)
Lucro operacional		17.607	15.057
Resultado financeiro	6	3.103	2.698
Receitas financeiras		2.276	3.111
Despesas financeiras		830	(450)
Outros resultados financeiros, líquidos		(3)	37
Lucro antes dos tributos		20.710	17.755
Tributos sobre o lucro	7.1	(1.875)	(2.142)
Corrente		(1.875)	(2.142)
Lucro líquido do exercício		18.835	15.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CANOAS ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	18.835	15.613
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	18.835	15.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CANOAS ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.835	15.613
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	7.503	6.877
Tributos sobre o lucro	1.875	2.142
Resultado financeiro, líquido	(3.103)	(2.698)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(108)	(1.065)
Fornecedores e contas a pagar	(260)	(1.421)
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(425)	(370)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	874	5.532
Outros ativos e passivos, líquidos	514	(450)
Caixa gerado nas operações	25.705	24.160
Rendimento de aplicação financeira	2.274	3.110
Tributos sobre o lucro pagos	(1.304)	(1.422)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	26.675	25.848
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.035)	(481)
Resgate de títulos e valores mobiliários	73	52
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(962)	(429)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Remuneração paga aos acionistas	(14.832)	(17.829)
Resgate de ações	(5.000)	(24.426)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(19.832)	(42.255)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	5.881	(16.836)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.354	31.190
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.235	14.354
Transações que não envolveram caixa:		
Provisão para desmantelamento	2.127	618
Provisão ambiental	268	106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CANOAS ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	20.235	14.354
Contas a receber de clientes e outros	9	4.427	4.319
Tributos sobre o lucro a recuperar		-	49
Outros tributos a recuperar		-	5
Outros ativos circulantes		95	83
Total do circulante		24.757	18.810
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários		2.952	2.650
Outros tributos a recuperar		10	10
Outros ativos não circulantes		23	24
Imobilizado	10	148.700	157.249
Intangível		346	187
Total do não circulante		152.031	160.120
Total do ativo		176.788	178.930
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	785	1.045
Tributos sobre o lucro a recolher		336	215
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		149	178
Dividendos a pagar	13.2	4.709	3.903
Provisões e outras obrigações	12	2.854	2.372
Outros passivos circulantes		1.214	176
Total do circulante		10.047	7.889
Não circulante			
Provisões e outras obrigações	12	6.659	9.155
Outros passivos não circulantes		10	11
Total do não circulante		6.669	9.166
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	13	160.072	161.875
Total do patrimônio líquido		160.072	161.875
Total do passivo e do patrimônio líquido		176.788	178.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CANOAS ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
		Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva para investimento	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.259	122.644	3.236	-	1.593	3.213	-	10.929	161.875
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	18.835	-	18.835
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	13.2	-	-	-	-	-	-	-	(10.929)	(10.929)
Destinações do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	-	3.213	941	-	(4.154)	-	-
Remuneração aos acionistas	13.2	-	-	-	-	-	-	(14.681)	9.972	(4.709)
Resgate de ações	13.3	-	(5.000)	-	-	-	-	-	-	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		20.259	117.644	3.236	3.213	2.535	3.213	-	9.972	160.072
Saldos em 31 de dezembro de 2023		20.259	147.070	3.236	-	3.219	3.213	-	11.364	188.361
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	15.613	-	15.613
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	13.2	-	-	-	-	(2.407)	-	-	(11.364)	(13.771)
Destinações do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	-	-	781	-	(781)	-	-
Remuneração aos acionistas	13.2	-	-	-	-	-	-	(14.832)	10.930	(3.902)
Resgate de ações	13.3	-	(24.426)	-	-	-	-	-	-	(24.426)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.259	122.644	3.236	-	1.593	3.213	-	10.929	161.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa Canoas Energia Renovável S.A. (“Canoas” ou “Companhia”) é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Calango 6 Energia Renovável S.A., que por sua vez é controlada pela Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis do Brasil S.A. (50%). Canoas Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Canoas, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Bodó, Lagoa Nova e Cerro Corá (RN).

A Companhia recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 609 de 12/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.

O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036.

A Companhia conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 17,2MW médios.

I.1 Gestão de Riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

I.1.1 Gestão de Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros.

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.3 Risco associados à geração de energia

A energia comercializada pela Companhia depende das condições e variações do recurso eólico, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da geração decorrente de eventos por *curtailment* (restrições de geração por fatores externos) e indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio.

1.1.4 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	269.753
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	44.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	269.753
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 06 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.2	Perdas de crédito esperadas (PCE)
10.1	Imobilizado
12.2	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM n° 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	<p>A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.</p> <p>A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.</p>	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	<p>IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as <i>IFRS Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos.</p> <p>Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a <i>IFRS 10 Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.</p>	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia	35.081	30.149
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	281	181
Receita operacional bruta	35.362	30.330
(-) Pis e Cofins	(1.333)	(1.313)
(-) Encargos setoriais ⁽¹⁾	(136)	(130)
Receita operacional, líquida	33.893	28.887

(1) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE).

3.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidos no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2025	2024
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(161)	(262)
Energia curto prazo - PLD	(251)	(194)
Outros	(18)	(16)
Subtotal	(430)	(472)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão		
Encargos de rede básica	(2.495)	(804)
Subtotal	(2.495)	(804)
Total dos custos com energia elétrica	(2.925)	(1.276)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		Total
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados	(292)	(236)	(528)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(4.215)	(120)	(4.335)
Depreciação e amortização	(7.501)	(2)	(7.503)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(857)	(138)	(995)
Total	(12.865)	(496)	(13.361)

	2024		Total
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados	(163)	(303)	(466)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(4.196)	(77)	(4.273)
Depreciação e amortização	(6.875)	(2)	(6.877)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(771)	(167)	(938)
Total	(12.005)	(549)	(12.554)

(1) Inclui materiais, aluguéis, tributos e demais custos diversos.

5.1 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços técnicos e manutenções	(3.671)	(3.691)
Consultoria e auditoria	(14)	(13)
Vigilância	(154)	(171)
Outros serviços	(496)	(398)
Total	(4.335)	(4.273)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.274	3.110
Outras receitas financeiras	2	1
	2.276	3.111
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras ⁽¹⁾	830	(450)
	830	(450)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(3)	37
	(3)	37
Resultado financeiro líquido	3.103	2.698

(1) Inclui IOF e atualização de desmantelamento. Em 2025 ocorreu a reavaliação da atualização de desmantelamento, no valor de R\$ 1.291, conforme nota 12.2.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**7.1 Tributos sobre o lucro**

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	20.710	17.755
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.041)	(6.037)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	5.166	3.895
Tributos sobre o lucro	(1.875)	(2.142)
Alíquota efetiva	9%	12%
Corrente	(1.875)	(2.142)

7.1.2 Política contábil material e julgamentos críticos**a) Política contábil material**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.283	2.407
Fundos de investimento	17.952	11.947
Total	20.235	14.354

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% do CDI (99, 90% em 31 dezembro de 2024).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	17.585	11.947
CDB	367	-
Total	17.952	11.947

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	4.421	(1)	4.420	4.320	(1)	4.319
Comercialização de energia na CCEE	7	-	7	-	-	-
Total	4.428	(1)	4.427	4.320	(1)	4.319

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	4.408	(1)	4.180	(1)
Saldos vencidos:	13	-	140	-
90 dias	13	-	125	-
entre 91 e 180 dias	-	-	1	-
entre 181 e 360 dias	-	-	4	-
Acima de 361 dias	-	-	10	-
Total	4.421	(1)	4.320	(1)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo Inicial	(1)	(2)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	-	1
Saldo Final	(1)	(1)

9.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio.

O negócio de geração de energia não apresenta histórico de inadimplência relevante. Devido às garantias exigidas em leilões e contratos bilaterais, a exposição ao risco de crédito é residual. A CCEE também controla inadimplências do setor, reduzindo ainda mais o risco. Assim, o nível de para perdas esperadas crédito é considerado irrelevante.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques eólicos	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	2,84% - 16,67%	3,03% - 4,00%	14,29%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.285	36.122	12	830	157.249
Adições	-	-	-	1.035	1.035
Baixas ⁽¹⁾	(2.695)	-	-	-	(2.695)
Depreciação	(5.371)	(1.411)	(43)	-	(6.825)
Transferências entre classes	1.313	-	203	(1.516)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(64)	(64)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	113.532	34.711	172	285	148.700
Custo	161.214	46.400	297	285	208.196
Depreciação acumulada	(47.682)	(11.689)	(125)	-	(59.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	124.981	37.530	25	374	162.910
Adições	618	-	-	481	1.099
Depreciação	(5.339)	(1.408)	(13)	-	(6.760)
Transferências entre classes	25	-	-	(25)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.285	36.122	12	830	157.249
Custo	162.596	46.400	95	830	209.921
Depreciação acumulada	(42.311)	(10.278)	(83)	-	(52.672)

(1) O valor de R\$ (2.695) refere-se a reavaliação de provisão de desmantelamento, conforme nota 12.2.

10.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	2025	2024
Energia elétrica	149	347
Encargos de uso da rede	215	204
Materiais e serviços	421	494
Total	785	1.045

12. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisões para processos judiciais	39	40
Provisão para obrigações ambientais	395	253
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	1.106	4.276
Provisões ressarcimentos	7.973	6.958
	9.513	11.527
Passivo circulante	2.854	2.372
Passivo não circulante	6.659	9.155

12.1 Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40
Pagamentos	(5)
Atualização monetárias	4
Saldos em 31 de dezembro de 2025	39
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36
Atualização monetárias	4
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis

- Trata-se de ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar de imissão de posse, para a constituição de servidão administrativa. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (i)	1.281	1.153
Processos fiscais (ii)	29.279	26.845
	30.560	27.998

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos cíveis

- Ação indenizatória decorrente do curso normal das atividades da Companhia, referente a danos materiais e morais. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Processos fiscais

- Ação referente a demandas na esfera administrativa ou judicial, envolvendo ISS. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	23	24
	23	24

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa TR mais 0,5% a.m.

12.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Provisão para desmantelamento e ambiental

As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

(iii) Provisão para ressarcimento

A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida.

b) Estimativas e julgamento críticos

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

(ii) Provisão para desmantelamento

É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas.

No exercício de 2025, a Companhia revisou as premissas utilizadas na formação dos gastos estimados para o desmantelamento dos parques, alinhando as projeções de mão de obra, materiais e serviços às especificidades de cada região do Brasil. Adicionalmente, a Companhia estendeu o prazo estimado para execução desses gastos em aproximadamente 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa de desconto utilizada foi 13,00% e 11,72%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,40% em 31 de dezembro de 2025 (3,50% em 31 de dezembro 2024).

(iii) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**13.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social é de R\$ 20.259 correspondendo a 20.259.410 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Lagoa 1 Energia Renovável S.A.

13.2 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia, foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	18.835	15.613
Reserva de investimentos	(941)	(781)
Reserva especial de dividendos	(3.213)	-
Lucro líquido a distribuir	14.681	14.832
Remuneração		
Mínimo obrigatório	4.709	3.903
Remuneração adicional	9.972	10.929
	14.681	14.832
Natureza da remuneração		
Dividendos	14.681	14.832
	14.681	14.832

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	ON
2025				
	AGOE de 30 de abril de 2025	Dividendos mínimos obrigatórios	3.903	0,1926551
	AGOE de 30 de abril de 2025	Dividendos adicionais propostos	10.929	0,5394639
			14.832	
2024				
	AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios	4.058	0,2003060
	AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos adicionais propostos	11.364	0,5609359
	AGOE de 30 de abril de 2024	Reserva de investimento	2.407	0,1188114
			17.829	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	3.903	4.058
Dividendos declarados no exercício	4.709	3.903
Dividendos declarados de exercícios anteriores	10.929	13.771
Pagos no exercício	(14.832)	(17.829)
Saldos finais	4.709	3.903

13.3 Reserva de capital

Refere se a contribuição efetuada pela controladora Lagoa 1 Energia Renovável S.A. quando da integralização das ações que ultrapassam o valor nominal das mesmas. Desta forma o valor excedente foi considerado como reserva de capital, nos termos do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

13.4 Reservas de lucros

13.4.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

A Companhia não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pois foi atingido o limite legal da reserva.

13.4.2 Reserva especial para dividendo não distribuído

Esta reserva de lucro é constituída quando a Companhia ainda não obtém condições financeiras para pagamento dos dividendos. Tais dividendos serão pagos aos acionistas no futuro, assim que a situação financeira ao permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

13.4.3 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

13.4.4 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

13.1 Política contábil material

O capital social representa valores recebidos dos sócios e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem

os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

14.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	1.206	-	1.206	966	-	966
	1.206	-	1.206	966	-	966
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	21	-	21	157	-	157
Dividendos a pagar (c)	-	4.709	4.709	-	3.903	3.903
Outros passivos (d) / (e)	1.097	-	1.097	30	45	75
	1.118	4.709	5.827	187	3.948	4.135

14.2 Transações com partes relacionadas

	2025		2024	
	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a) / (b)	7.564	7.564	7.001	7.001
Custos dos serviços (a)	(409)	(409)	(376)	(376)
Despesas gerais e administrativas	(236)	(236)	(303)	(303)
	6.919	6.919	6.322	6.322

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

14.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 14.1 e 14.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionadas	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	N/A	N/A	2025	676	2.673
b)	Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Brasília e Neoenergia Elektro	Venda de energia elétrica	IPCA	20 anos	2038	530	4.730
c)	Lagoa 1	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2026	(4.709)	-
d)	Neoenergia Renováveis	Compartilhamento de custo de construção	N/A	N/A	2026	(1.035)	-

14.4 Remuneração da administração (pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.283	17.952	2.407	11.947
Títulos e valores mobiliários	-	2.952	-	2.650
Contas a receber de clientes e outros	4.430	-	4.320	-
	6.713	20.904	6.727	14.597
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	785	-	1.045	-
Outros passivos financeiros	112	-	93	-
	897	-	1.138	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

15.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.6, (análise de sensibilidade).

15.3 Instrumentos Financeiros Reconhecidos Pelo Valor Justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	17.952	17.952	11.947	11.947
Títulos e valores mobiliários	2.952	2.952	2.650	2.650
	20.904	20.904	14.597	14.597

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

15.4 Instrumentos Financeiros Reconhecidos Pelo Custo Amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e passivos financeiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

15.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

15.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	20.904	739	(106)	(214)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Diretores

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Canoas Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.540.713/0001-18, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Canoas relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Canoas alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor Presidente

Marcelo José Cavalcanti Lopes

Rodolfo Fernandes da Rocha

Diretores